

A IMPORTÂNCIA DA DISCUSSÃO DE GÊNERO NAS ESCOLAS: uma abordagem necessária

Dariana Maria Silvino¹

Tázia Renata Peixoto Godim Henrique²

RESUMO

O presente artigo, objetiva trazer reflexões, referentes ao campo do debate de gênero nas escolas. Para podermos entender como constroem as relações sociais desiguais entre homens e mulheres, fruto do sistema patriarcal/capitalista. A escola, como formadora de opiniões, tem o dever de estabelecer relações igualitárias e respeitadas, problematizando discussões a cerca das diferenças entre cidadãos (ãs). Para haver o convívio respeitoso entre seres humanos, no combate as exclusões, dominações e tantas outras formas de preconceitos existentes na sociedade. Começando desnaturalizar, as opressões que se têm na educação “tradicional” escolar com a introdução da discussão da temática em questão.

Palavras-chave: Gênero, Escola, Patriarcado.

Abstract

The present article, aims to bring reflections, referring to the field of gender debate in schools. In order to understand how the uneven social relations between men and women are built, the result of the patriarchal / capitalist system. The school, as an opinion maker, has the duty to establish respectful and egalitarian relations, discussing discussions about the differences between citizens. To be respectful among human beings, in combating the exclusions, dominations and so many other forms of prejudices that exist in society. Beginning to denaturalize, the oppressions that have in the "traditional" school education with the introduction of the discussion of the subject in question.

KEYWORDS: Genre. School. Patriarchy.

¹ Estudante. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: darianamaria@hotmail.com.br

² Estudante. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: taziarenata@hotmail.com

01 INTRODUÇÃO

Há algum tempo o movimento feminista e demais seguimentos da sociedade, vêm lutando para que a discussão de gênero seja incluída nas escolas. Na qual vivenciamos uma forma de sociabilidade extremamente machista e opressora, onde mulheres/homens são tratados de maneiras desiguais.

Para que não se crie no âmbito escolar relações de poder, é preciso que haja uma formação aonde nos leve, pensar criticamente a condição da mulher na sociedade, desnaturalizando as desigualdades sociais, construídas historicamente pelo patriarcado e não atribuindo essas diferenças a fatores e condições biológica ou física.

Essa temática se faz de suma importância, na luta pela reflexão da condição das mulheres e consequente da existência humana, sendo construídas formas de vida entre homens/mulheres livres, estabelecendo relações iguais, que ambos desenvolvam suas potencialidades, numa sociedade para além do capital e não existam explorações e dominações sociais.

02 GÊNERO E SUA RELAÇÃO COM A ESCOLA

Entendemos pelo conceito de gênero o que está diretamente relacionado com a construção social do ser homem e mulher, diferentemente do que se entende por sexo, algo ligado exclusivamente ao fator biológico, por tanto natural e determinado. Nas palavras de Cisne (2015, p. 85-86):

Seu objetivo advém da necessidade de desnaturalizar e historicizaras desigualdades entre homens e mulheres, analisadas, pois, como construções sociais, determinadas pelas relações e nas relações sociais [...] O conceito de gênero veio também no sentido de analisar de maneira relacional a subordinação da mulher ao homem, ou seja, os estudos sobre as mulheres não deveriam apenas limitar-se á categoria mulher, mas esta deve sempre ser analisada de forma relacional ao homem.

Essa abordagem dos estudos sobre gênero começou no meio acadêmico e teve rápida aceitação, na qual os Organismos Internacionais como Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), Banco Internacional para Reconstrução e

Desenvolvimento (BIRD) acharam melhor essa denominação, para tratar dos estudos sobre as mulheres do que utilizar o termo feminismo. Por tanto gênero é uma categoria de análise que precisa ser problematizada, para abolir dicotomias entre homens/mulheres, público/privado e somente os estudos de gênero não rompe com as históricas desigualdades das mulheres, pois não identifica claramente os sujeitos das opressões.

É necessário relacionar com as bases materiais e ideológicas do sistema patriarcal-racista-capitalista, pois o feminismo materialista traz Segundo Cisne (2014, p. 127) “[...] relações sociais desiguais de classe, “raça” e sexo, ou seja, para a transformação da realidade em sua totalidade”. Em que através dessas dimensões, identifica as mulheres como sujeitas que sofrem as opressões e vivenciam as relações desiguais do patriarcado nas suas vidas:

A concepção dos gêneros como se produzindo dentro de uma lógica dicotômica implica um pólo que se contrapõe a outro (portanto uma ideia singular de masculinidade e feminilidade), e isso supõe ignorar todos os outros sujeitos sociais que não se “enquadram em uma dessas formas. Romper a dicotomia poderá abalar o enraizado caráter heterossexual que estaria, na visão de muitos/as, presente no conceito de “gênero” (LOURO, 1997, p. 34).

Por tanto algumas estudiosas têm suas críticas ao conceito de gênero e percebem o mesmo, como trazendo marcas da sua origem, nas academias, referindo à heterossexualidade / branca, e não relacionando todos (as) sujeitos (as) que vivenciam as várias formas de opressões/dominações pelo patriarcado. Pois o termo gênero está em um processo de transformação, mudanças e desconstrução.

Assim, desde cedo, a escola, juntamente com a família, igreja etc, são lugares ou espaços de convivência e interações dos indivíduos em sociedade. A educação tradicional na qual convivemos, separa e cria distinções entre meninos/meninas, rapazes/moças, através de ações, atividades, formas de se comportar e “ditam regras” baseadas em padrões estabelecidos pela ordem dominante.

Com isso produzindo diferenças entre os sujeitos no caso, eles/elas. Cabe-nos essa indagação, para quem serve essa educação escolar habitual, que separa, classifica, considera como normal e natural às relações sociais desiguais entre homens e mulheres?

No cotidiano escolar meninas/meninos são vistos de forma diferente. Pois a educação sexista encontra no espaço escolar tradicional, um campo fértil para sua reprodução, a partir do cotidiano escolar. Por isso concordamos:

[...] essas concepções foram e são aprendidas e interiorizadas; tornam-se quase “naturais” (ainda que sejam fatos culturais”). A escola é parte importante desse processo. Tal “naturalidade” fortemente construída nos impeça denotar que, no interior das atuais escolas, onde convivem meninos e meninas, rapazes e moças,

eles e elas movimentem, circulem e se agrupem de formas distintas. Observamos, então que eles parecem “precisar” de mais espaço do que elas, parecem preferir “naturalmente” as atividades do ar livre. Registramos a tendência nos meninos de “invadir” os espaços das meninas, de interromper suas brincadeiras. E, usualmente, consideramos tudo isso de algum modo inscrito na “ordem das coisas” (LOURO, 1999, p. 60).

Embora as relações sociais sejam construídas historicamente e culturalmente. A ideologia patriarcal, nos faz acreditar e naturalizar os papéis sociais entre meninos/meninas, devido alienação da consciência humana. Fazendo que haja um conformismo e descrença de que as coisas possam mudar, nos levando a acreditar, porque “sempre foi assim”, o que se pode gerar conformismo.

Subjugando a capacidade das pessoas de questionar ou não aceitar tal condição imposta, limitando as reais possibilidades dos indivíduos de ter suas liberdades, igualdades de fato exercidas, na construção de um mundo onde não exista dominação, exploração, opressão, mas somente seres humanos com reais direitos, superando as visões estereotipadas dos padrões tidos como normais e aceitáveis, combatendo todas as formas de preconceito existentes. Mas na educação tradicional:

Os livros didáticos e paradidáticos, têm sido objeto de várias investigações que neles examinam as representações dos gêneros, dos grupos étnicos, das classes sociais. Muitas dessas análises têm apontado para a concepção de dois mundos distintos. (um mundo público masculino e um mundo doméstico feminino), ou para a indicação de atividades “características” de homens e atividades de mulheres. [...] A separação de meninas e meninos é, então, muitas vezes estimuladas pelas atividades escolares, que divide grupos de estudos ou que propõe competições [...] (LOURO, 1999, P. 74-79).

Com base em Louro (1999) entendemos que a escola enquanto um dos espaços formadores de opiniões e transmissora de conhecimento tem contribuído para a manutenção das relações desiguais entre homens/mulheres, assim colaborando com uma sociedade segregada e opressora. Estabelecida por uma ordem dominante, que atende aos interesses do capital, contudo como a história é passível de mudança, cabem-nos enquanto sujeitos formadores dessa história, lutar, resistir e não sermos omissos e coniventes com qualquer tipo de dominação e preconceito.

Entendemos que se faz necessário trazer uma reflexão sobre o preconceito enquanto expressão do (neo) conservadorismo e relacioná-lo com a discussão de gênero, pois todos os dias, milhares de mulheres e a população LGBTT têm os seus direitos

negados, liberdades cerceadas e vêm sofrendo das mais variadas formas de opressão e exploração sobre seus corpos e vidas.

03 O PRECONCEITO COMO SUSTENTAÇÃO DO CONSERVADORISMO

Para se viver em sociedade, tem-se valores morais e comportamentais, no qual fazem parte das relações sociais. Porém esses mesmos valores e maneiras de vivências, são construídos do pondo de vista da classe dominante, se materializam em forma de preconceito e discriminação, para quem não se reconhece ou segue a ordem patriarcal-racista-capitalista e heteronormativa. Devido a naturalização das relações sociais e do próprio sexo biológico, tidas como normal, estabelecendo desta maneira padrões iguais para todos (as):

O preconceito, materializado em diferentes formas de discriminação é uma realidade objetiva para amplos segmentos de homens e mulheres. Isso porque as diferenças no jeito de ser e viver têm significado uma arena fértil para a manifestação de múltiplas modalidades de opressões. Raça, etnia, gênero, orientação sexual, muitos outros itens compõem a agenda de questões que, historicamente, estão no alvo da intolerância, da não aceitação da diferença (MEQUITA; RAMOS; SANTOS, 2001, p. 67).

Com isso não havendo um respeito às diferenças, na qual ocorrem muitas ações de piadas maldosas, desrespeito, intolerância e no caso da escola, meninos/meninas, homens/mulheres, gays/lésbicas são educados e tratados de maneira diferentes.

Acabamos naturalizando as formas de preconceito e discriminação, padronizando comportamentos, atitudes conservadoras e machistas, carregadas de moralismo, de opressões contra as mulheres, negros, homossexuais e todas as outras maneiras de ser e viver no mundo, que não segue o modelo tradicional, heteronormativo e burguês vigente. Portanto.

[...] homens e mulheres só podem conviver em sociedade, a discriminação sempre ocorrerá em relação ao outro, portanto, a discriminação é fruto das relações sociais que estabelecemos através da reprodução de desvalores que, por vezes, incorporamos acriticamente no nosso cotidiano. [...] através de brincadeiras, piadas e gozações aspectos do jeito de ser e viver dos indivíduos, colocando-os em situação vexatória (MESQUITA; RAMOS; SANTOS, 2001, p. 83).

Portanto, sem fazermos reflexões críticas das nossas ações, apenas vamos reproduzindo o senso comum, trazendo para o cotidiano, todos esses preconceitos

colocados anteriormente, carregados de uma base ideológica. A escola deve combater todas as formas de discriminação e preconceito existentes, como um espaço “democrático” e formador de opiniões, pois as pessoas se enxergam de maneiras diversas, não existindo único “modelo ou padrão” de ser e viver em sociedade, mas diferentes concepções e comportamento. Concluimos que:

[...] todos os preconceitos se caracterizam por uma tomada de posição moral, já que, como vimos, são ao mesmo tempo falsos juízos de valor. [...] porque todo preconceito impede a autonomia do homem, ou seja, diminui sua liberdade relativa diante do ato de escolha, ao deformar e, conseqüentemente, estreitar a margem real de alternativa do indivíduo. [...] mas o próprio preconceito é, em maior ou menor medida, objeto da alternativa. Por mais difundido e universal que seja um preconceito, sempre depende de uma escolha relativamente livre o fato de que alguém se aproprie ou não dele (MESQUITA; RAMOS; SANTOS, 2001, p. 85).

Que lutemos por outra forma de relações sociais, em meio há caminhos, escolhas e possibilidades. Para que assim possamos nos reconhecer de fato como seres humanos, livres e iguais, para desenvolvermos nossas potencialidades. E desnaturalizando as diversas explorações e dominações, bem como tantos outros preconceitos construídos na escola e nesta maneira de sociedade capitalista.

04 O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE) E A DISCUSSÃO DE GÊNERO NAS ESCOLAS

O Plano Nacional de Educação (PNE) é o documento que segundo Azevedo, Costa e Paiva (2015) serve de base para as diretrizes da educação brasileira. Sendo fundamentado no Art. 214 da Constituição Federal Brasileira de 1988, o mesmo foi elaborado juntamente com o apoio da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), da União dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação (FNCE) e do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Determinando diretrizes, metas e estratégias para a política educacional, elencando valores como a promoção humana e buscando a erradicação do analfabetismo. A regulamentação dos PNE é realizada através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/1996, que institui a União juntamente como os Estados e Municípios os responsáveis por sua organização, criando as metas a serem estabelecidas nos 10 anos seguintes.

Os municípios de todo país devem elaborar e estabelecer seus Planos Municipais de Educação, levando em consideração as metas propostas no PNE, de acordo com as especificidades de cada município, porém sem deixar de cumprir os princípios de respeito aos direitos humanos e a valorização da diversidade, que se caracterizam como pontos centrais para toda a educação básica.

No ano de 2014, durante a tramitação no Congresso Nacional da PNE, a questão de gênero foi retirada do texto original. Na ocasião, as bancadas evangélicas e conservadoras, afirmaram que as expressões utilizadas no documento colocavam em evidência uma “ideologia de gênero,” expressões que desfigurariam os conceitos de homem e mulher, colocando em risco o modelo de família tradicional.

No documento da PNE o texto vetado tinha como meta central “a superação de desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional de gênero e de orientação sexual”. Assim sendo, o PNE aprovado passou para os Estados e Municípios a decisão de incluir nos seus planos a discussão de gênero e de orientação sexual.

Assim nos últimos anos discussões foram levantadas em todo país, projetos de leis municipais foram aprovados, proibido a discussão de gênero e sexualidade nas escolas. Como exemplo podemos destacar o município de Mossoró-RN, onde foi criado o projeto de Lei Ordinária do Legislativo (PLOL) n° 118/2015 de autoria do vereador Nacizio Silva (Partido Trabalhista Nacional – PTN), que dispõe em seu texto inicial “sobre a proibição da introdução da “ideologia de gênero”, que substitui a expressão sexo por gênero, no Plano Municipal de Educação (PME) e na grade curricular de ensino na sala de aula.”

Segundo Azevedo, Costa e Paiva, em um artigo denominado “Gênero e Sexualidade no PNE (2014-2020): discursos e sujeitos no contexto mossoroense” (2015). Houve no dia 23 de junho de 2015 a PLOL 118/2015 uma votação na Câmara Municipal de Mossoró em sessão extraordinária, sendo o resultado unânime a favor da mesma. A votação foi realizada sem mesmo ter ocorrido um debate sobre o tema, os vereadores simplesmente se colocaram contra a discussão de gênero e sexualidade nas escolas, fazendo uso de argumentos tradicionais e conservadores.

Os autores nos esclarecem que a partir deste cenário, movimentos sociais na cidade de Mossoró como o Núcleo de Estudo da Mulher (NEM), Coletivo Dê Bandeira e o Centro Feminista de 8 de Março (CF8), se uniram em várias manifestações e reuniões em público, em busca do veto do prefeito para a PLOL 118/15. Tendo também como objetivo conscientizar toda a população sobre a importância dessa discussão em âmbito escolar.

Movimentações foram realizadas, assim com também várias reuniões com a categoria de educadores e plenárias populares. Com objetivo exclusivo de aproximar a sociedade do diálogo das discussões de gênero e sexualidade. Porém mesmo diante das pressões manifestadas pelos movimentos sociais, o prefeito não vetou a PLOL 118/15. Podemos perceber diante desse fato que:

O Congresso Nacional e o Senado, bem como a Câmara Municipal dos Vereadores de Mossoró/RN tiveram visões tendenciosas e distorcidas do que se tinha proposto no PNE 2014-2024, a respeito das discussões em torno da identidade de gênero e orientação sexual. O PNE, ao pontuar essas temáticas, trazia como objetivo principal ampliar o conhecimento sobre estes temas com o intuito de combater a evasão escolar de forma geral, e enfrentar as diversas formas de discriminações ocorridas no ambiente escolar, de forma específica (AZEVEDO; PAIVA; COSTA, 2015, p. 06).

O que podemos concluir diante desses fatos, é que os argumentos utilizados para defender a proibição da discussão de gênero e sexualidade nas escolas, trazem consigo várias implicações, principalmente nas relações de gênero no próprio ambiente escolar, como também na sociedade de forma geral, pois ao proibirem a discussão desses temas tão relevantes, estão fortalecendo o patriarcado, o sexismo e o machismo. Contribuindo dessa maneira para a reprodução da escola opressora e discriminadora. Gerando drásticas consequências para a sociedade, como nos explica Junqueira (2009, p. 15):

“A escola configura-se um lugar de opressão, discriminação e preconceitos, no qual e em torno do qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBT – muitos/as dos/as quais vivem de maneiras distintas, situações delicadas e vulneradoras de internalização da homofobia, negação, autoculpabilização, auto-aversão. E isso se faz com a participação ou omissão da família, da comunidade escolar, da sociedade e do Estado”.

Assim nos cabe à reflexão, do quanto é importante trazer à discussão desses temas no ambiente escolar. Pois se nos calarmos diante dessas questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar, estaremos permitindo a continuidade dos modelos tradicionais e conservadores nas relações entre os sexos, intensificando cada vez mais o sistema de opressão, dominação e exploração, incluindo a discriminação contra LGBTs e a marginalização da mulher dentro das relações sociais de sexo³.

³ Homens e mulheres [...] formam dois grupos sociais envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada concisamente, divisão sexual do trabalho. (KERGOAT, S/A, p. 67).

Diante do exposto, também podemos refletir que a introdução da discussão destes temas nas escolas não será suficiente para eliminar os modelos conservadores que regem nossa sociedade. É preciso ir além das discussões, é necessário construir alternativas, que em consonância com a luta coletiva, busquem a construção de uma nova sociedade, sem qualquer forma de opressão, exploração ou dominação.

05 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação se constitui de suma importância no processo de socialização e formação humanas, podendo ser determinante na construção de consciências críticas ou podendo também reproduzir ideologias dominantes, que tem como fator preponderante as relações de exploração, opressão com base em (CISNE, 2015):

Desta forma, a escola, assim como, outras instituições como família e a igreja, contribuem para o desenvolvimento do processo de consciência, devem contribuir para a formação de cidadãos mais éticos. Cabendo a escola não apenas o processo de ensinar a ler ou escrever, mais também auxiliar no desenvolvimento crítico do ser humano, contribuindo para eliminação de todas as formas de preconceito.

Diante de todas as discussões levantadas sobre este tema, de todas as dúvidas e incertezas, que foram questionadas no processo de debate, em torno da proibição da discussão de gênero e sexualidade na escola, a Frente Mossoroense Contra a Redução; Coletivo Dê Bandeira; Juventude da Articulação de Esquerda – JAE; CAD Ufersa; DCE-UFERSA; DCE-UERN; GEVP-IFRN/MO, Centro Feminista 8 de Março, entre outros, organizaram em nota, cinco motivos para se discutir gênero nas escolas, são estes:

1° Não existe uma ideologia de gênero, existe a discussão de gênero na escola. Gênero é uma categoria científica reconhecida mundialmente nas Universidades, escolas, governos e, inclusive, recomendada por organismos internacionais como a ONU.

2° Não se ensina a ser gay/lésbica, se ensina o respeito a todas as pessoas, independente de sexo e orientação sexual. Discutir gênero não é uma imposição a uma orientação sexual, é contribuir na desnaturalização das desigualdades entre homens e mulheres e na construção de uma cultura sem violência e ódio contra as minorias.

3° Não existe uma ditadura ou doutrinação ideológica de gênero, existe o papel da escola em formar cidadãos e cidadãs para a convivência com respeito na sociedade, exercendo seu papel social.

4° Não existe desrespeito ou tentativa de acabar com a família, existe o compromisso de integrar todos os modelos de famílias existentes na sociedade, sem discriminação. O Supremo Tribunal federal reconhece todos os modelos de família.

5° Não existe desrespeito com a crença dos estudantes, existe muito preconceito na sociedade, e ele se reflete na escola. A defesa do estado laico é a garantia do



exercício democrático de todas as crenças. Para tanto, nenhuma religião pode interferir nas leis e instituições públicas, sob o risco de ferir outras crenças. Isso fere a Constituição.

Sendo assim, diante de todo o debate em torno dessa discussão, podemos concluir que o Congresso Nacional e o Senado, como também a Câmara Municipal de Mossoró e de outros municípios, estão colocando suas visões, conservadoras e tendenciosas em primeiro plano.

Para esses sujeitos o importante é manter a ordem, a reprodução do capital através das relações sociais desiguais. Usando de discursos falaciosos a bancada conservadora consegue manipular e informações, podendo assim, influenciar as opiniões populares.

As argumentações utilizadas ganham força na proporção que conseguem vetar um texto da PNE, que almejava como base central o estabelecimento de políticas de prevenção à evasão motivada por uma série de atos preconceituosos e discriminatórios, seja por orientação sexual ou identidade de gênero, formulando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.

Esta proposição tinha como objetivo central, tornar a escola promotora do respeito às diferenças, para eliminando todas as formas de preconceito em seu ambiente, tornando-se também um lugar acolhedor para todos (as).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Aline P; COSTA, Ana M. M; PAIVA, Pedro H. A. da S. **GÊNERO E SEXUALIDADE NO P.N.E. (2014-2024):** discursos e sujeitos no contexto mossoroense. II Congresso Nacional de Educação. Mossoró, 2015.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social.** 2ª ed. São Paulo: Outras expressões, 2015.

_____. Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2014.

_____. FREIRE, Dheniffer J.F. **EDUCAÇÃO PÚBLICA E HETEROSSEXISMO:** uma análise de expressões ideológicas do patriarcado no ensino fundamental. **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas.** Maranhão, 2015. Disponível em: www.joinpp.ufma.br.



HELLER, Agnes. Sobre os preconceitos. In: **O Cotidiano e a História**. Tradução de Carlos Nelson Countinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

<http://educacao.uol.com.br/noticias/2015/08/11/o-que-e-a-ideologia-de-genero-que-foi-banida-dos-planos-de-educacao-afinal.htm>.

JUNQUEIRA, R. D. **Homofobia nas Escolas: um problema de todos**. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LOURO, Claucira L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MESQUITA, Mary lúcia; RAMOS, Sâmya R; SANTOS, Silvana M. M. Contribuições á crítica do preconceito no debate do Serviço Social In: MUSTAFÁ, Alexandra M. (org.) **Presença Ética vol. 1**-anuario filosófico-social do GEPE-UFPE. Recife: UNIPRESS Gráfica e Editora do NE, 2001.

NOTA PÚBLICA **“ESCOLA É PARA ENSINAR A RESPEITAR! VETA PREFEITO O PL 118/2015: 5 motivos para se discutir gênero na escola”**. Mossoró, 2015.

PNE 2014-2020. Disponível em: www.cedes.unicamp.br.